

Brasileveículos Companhia de Seguros

CNPJ 01.356.570/0001-81

GRUPO SEGURADOR



Uma nova geração de seguros.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasileveículos Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.
Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas sociedades holdings, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE:

a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e rural.
b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e rural, sociedade que controla esta Seguradora.
A Assembleia Geral Extraordinária da SH2 realizada em 30 de novembro de 2012 deliberou, entre outros assuntos, a cisão total da controlada Aliança REV Participações S.A., com a versão de seu acervo líquido cindido à SH2 e à Companhia, com sua consequente extinção. A partir dessa operação, a SH2 passou a controlar diretamente a Companhia.
Em 2012, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 14,0 milhões e prejuízo de R\$ 33,0 milhões, representando recuo significativo em relação ao exercício de 2011, decorrente da centralização, a partir de

1º de novembro de 2011, de todas as novas emissões de seguros de automóveis, inclusive as oriundas do Canal BB na MAPFRE Seguros Gerais S.A. As aplicações relativas ao ramo de automóvel, comercializadas pelo canal bancário, que desde 1º de novembro de 2011 estavam sendo emitidas pela MAPFRE Seguros Gerais S.A., foram transferidas para a Companhia em 1º de janeiro de 2013.
Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2012 foi deliberado o pagamento de dividendos no valor de R\$ 40.000 mil.
Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.
São Paulo, 8 de fevereiro de 2013.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2012	2011
Circulante		473.296	872.982
Disponível		2.062	7.715
Caixa e bancos	5	2.062	7.715
Aplicações	6/7	338.116	343.914
Créditos das operações com seguros e resseguros		9.038	326.770
Prêmios a receber	8	803	318.230
Operações com seguradoras		17	1
Operações com resseguradoras		17	1
Outros créditos operacionais	24a	8.218	8.533
Títulos e créditos a receber		103.425	29.744
Títulos e créditos a receber	24c	57.010	2.683
Créditos tributários e previdenciários	20	43.363	24.970
Outros créditos		3.052	2.091
Outros valores e bens	9	17.897	37.038
Bens a venda		17.897	37.038
Despesas antecipadas	10	2.242	52.583
Custos de aquisição diferidos		516	75.218
Seguros		516	75.218
Ativo não circulante		579.733	939.838
Realizável a longo prazo		569.487	926.477
Aplicações	6/7	33.710	494.252
Títulos e créditos a receber		535.410	430.838
Créditos tributários e previdenciários	20	122.939	45.334
Depósitos judiciais e fiscais	17	412.471	385.504
Custos de aquisição diferidos		367	1.387
Seguros		367	1.387
Investimentos		2.087	2.274
Imóveis destinados a renda		1.551	1.764
Outros investimentos		536	510
Imobilizado		1.701	2.028
Bens móveis		1.032	1.232
Outras imobilizações		669	796
Intangível		6.331	8.321
Outros intangíveis	11	6.331	8.321
Diferido		127	738
Diferido		127	738
Total de ativo		1.053.029	1.812.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2012	2011
Circulante		221.907	1.014.379
Contas a pagar		23.650	71.978
Obrigações a pagar		16.309	24.912
Impostos e encargos sociais a recolher		2.811	23.189
Encargos trabalhistas		2.587	2.262
Impostos e contribuições		47	21.592
Outras contas a pagar		1.896	23
Débitos de operações com seguros e resseguros		223	38.343
Prêmios a restituir		—	510
Corretores de seguros e resseguros	24b	222	37.782
Outros débitos operacionais		1	51
Depósitos de terceiros	12	10	2.736
Provisões técnicas - seguros	13/14	198.204	901.322
Danos		198.024	901.322
Passivo não circulante	20	361.514	345.686
Contas a pagar		14	1.327
Tributos diferidos		14	1.327
Provisões técnicas - seguros	13/14	2.857	10.560
Danos		2.857	10.560
Outros débitos	17	358.643	333.799
Provisões judiciais		358.643	333.799
Patrimônio líquido	18	469.608	452.755
Capital social		242.431	222.431
Aumento de capital (em aprovação)		—	20.000
Reserva de capital		92.888	1.056
Reservas de lucros		134.268	207.277
Ajuste com títulos e valores mobiliários		21	1.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ações)

	Nota	2012	2011
(+) Prêmios emitidos	19b	13.991	1.310.658
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		567.842	247.715
(-) Prêmios ganhos	19	581.833	1.552.373
(+) Receita com emissão de apólices		3.653	92.665
(-) Sinistros ocorridos	19c	(454.272)	(1.096.883)
(-) Custos de aquisição	19d	(71.224)	(204.991)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	19e	(60.140)	(186.375)
(-) Despesas com resseguro		—	(9)
(-) Despesas administrativas	19f	(101.088)	(174.773)
(-) Despesas com tributos	19g	(7.230)	(31.806)
(+/-) Resultado financeiro	19h	57.975	96.038
(+/-) Resultado patrimonial		27	24
(-) Resultado operacional	(50.566)	46.263	—
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		—	30
(=) Resultado antes dos impostos e participações	(50.566)	46.293	—
(-) Imposto de renda	20	13.776	(10.087)
(-) Contribuição social	20	8.365	(6.747)
(-) Participações sobre resultado		(4.584)	(40.160)
(=) Lucro líquido líquido	(33.009)	25.112	—
(/) Quantidade de ações		66.545.139	63.642.136
(=) Lucro líquido (prejuízo) por ação		(0,960)	0,3946
(=) Lucro líquido (prejuízo) por ações ordinárias		(0,956)	0,7892
(=) Lucro líquido (prejuízo) por ações preferenciais		(1,0373)	0,7892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(33.009)	25.112
Outros resultados abrangentes	(1.970)	1.481
Variação líquida no valor justo de ativos disponíveis para venda	(3.283)	2.468
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	1.313	(987)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	(34.979)	26.593
Resultado abrangente do exercício atribuível aos:	(34.979)	26.593
Acionistas da empresa controladora	—	—
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(33.009)	25.112
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(33.009)	25.112
Ajustes para:	1.309	10.691
Depreciação e amortizações	3.279	4.108
Reversão de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	—	6.583
Variações nos valores mobiliários	(1.970)	(47.990)
Variação nas contas patrimoniais:	(25.622)	(47.990)
Ativos financeiros	466.340	(114.246)
Créditos das operações de seguros	317.732	376.805
Créditos tributários e previdenciários	(95.999)	2.891
Despesas antecipadas	50.341	21.509
Outros ativos	39.575	(5.600)
Depósitos judiciais e fiscais	(26.977)	(59.647)
Fornecedores e outras contas a pagar	(8.043)	(32.588)
Impostos e contribuições	(41.598)	(20.158)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(8.120)	(40.160)
Depósitos de terceiros	(2.726)	(13.440)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(711.001)	(214.151)
Provisões judiciais	24.844	50.795
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(163)	(2.103)
Aquisição de imobilizado	(350)	(2.077)
Aquisição de investimentos	—	(26)
Alienação de investimentos	187	—
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	51.832	21.481
Aumento de capital	91.832	21.481
Reserva de capital	—	—
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(40.000)	—
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	51.669	19.378
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(5.653)	7.191
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	7.715	524
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.062	7.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2010	Capital social	Aumento (redução) de capital em aprovação	Reservas de lucros			Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reservas de capital	Reserva legal	Reserva retida			
	172.431	—	1.056	34.486	176.641	21.038	—	406.162
Aumento de capital em aprovação conforme AGE de 31 de março de 2011 (Nota 19)	—	50.000	—	(50.000)	—	—	—	—
Aprovação do aumento de capital conforme Portaria SUSEP nº 1247, de 21 de julho de 2011	50.000	(50.000)	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital em aprovação conforme AGE de 29 de dezembro de 2011	—	20.000	—	—	—	—	20.000	—
Ajuste com títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	—	1.481	1.481	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	25.112	—
Proposta para destinação do resultado	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	1.256	—	—	—	(1.256)	—
Reserva especial para dividendos	—	—	—	5.964	—	—	(5.964)	—
Reserva complementar	—	—	—	17.892	—	—	(17.892)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2011	222.431	20.000	1.056	35.742	144.533	27.002	1.991	452.755
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 4.994 de 23 de novembro de 2012	20.000	(20.000)	—	—	—	—	—	—
Reserva especial de ágio - AGE de 30 de novembro de 2012	—	—	91.832	—	—	—	—	91.832
Ajuste com títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	—	(1.970)	(1,970)	—
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	—	—	(33.009)	—
Proposta para distribuição do resultado:	—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendos deliberados em AGE de 26 de dezembro de 2012	—	—	—	(40.000)	—	—	—	(40.000)
Reserva de lucros	—	—	—	(33.009)	—	—	—	33.009
Saldo em 31 de dezembro de 2012	242.431	—	92.888	35.742	71.524	27.002	21	469.608

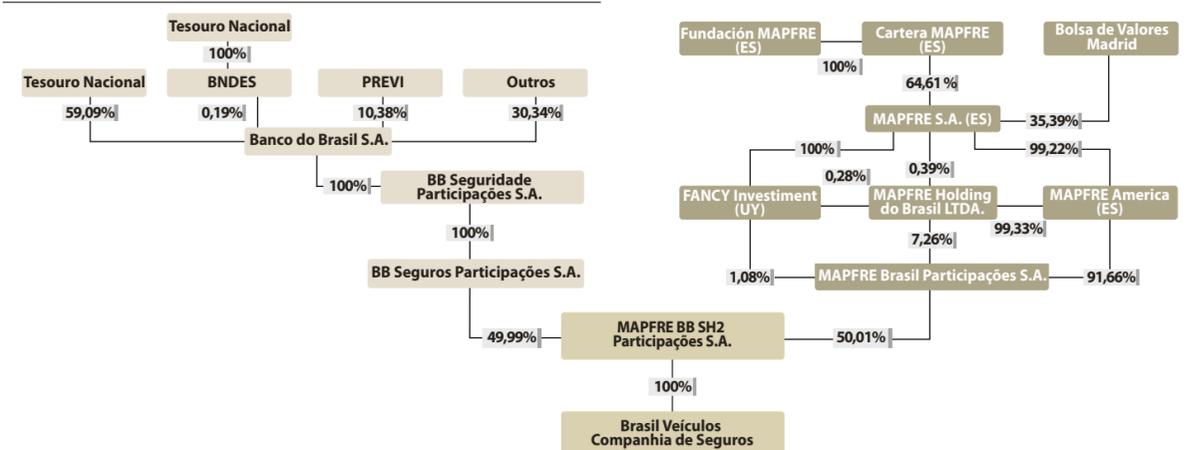
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasileveículos Companhia de Seguros (doravante designada "Brasileveículos" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, à Rua Senador Dantas, 105 - 29ª parte, 30º e 31º andar, Centro, Rio de Janeiro e cadastrada no CNPJ sob o nº 01.356.570/0001-81. A Companhia iniciou suas operações de seguros no mês de setembro de 1997 e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automóvel em todo o território nacional. A Companhia no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil e empresas a ele ligadas (doravante designado "BB"), mantendo com essas empresas operações, as quais estão detalhadas em nota explicativa nº 22. Em 5 de maio de 2010, o Banco do Brasil (designado "BB"), firmou acordo de parceria com o Grupo MAPFRE, por meio da BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB) e MAPFRE Brasil Participações S.A., para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil e o

Grupo MAPFRE foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings, conforme composição acionária abaixo: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e rural; b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e nos seguros de vida em geral, imobiliário e agrícola quando comercializados por canais *Affinity*. Visando a simplificação do modelo operacional e da estrutura societária do Grupo Segurador BBMAPFRE, a Assembleia Geral Extraordinária da SH2 realizada em 30 de novembro de 2012, deliberou, entre outros, a cisão total da controladora da Brasileveículos Companhia de Seguros e a Aliança REV Participações S.A. (doravante designada por "Aliança REV"), com a versão de seu acervo líquido cindido à sua controladora SH2 e à Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 24, com sua consequente extinção. Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 430, de 5 de março de 2012, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2012, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normativas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP", sendo 2011, portanto, o primeiro ano de adoção integral dos CPCs homologados pela SUSEP. A Circular SUSEP 430/12 revoga a circular SUSEP 424/11. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2013. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 457/2012, sendo que nenhuma insuficiência foi identificada. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPPEM e SFH/SH não foram objetos de análise neste teste. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Taxa de juros livre de risco pré-fixada
Grupo de ramo	Sinistralidade
Seguro de danos	68%

p) Passivos financeiros: Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o grupo "Débitos com operações de seguros" que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **q) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar esta obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela Comissão com relação à Companhia com base nas probabilidades de perdas. As provisões são provisionadas de forma mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas nas Cartas Circulares SUSEP/DECONGAB nºs 15/06 e 17/06. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **r) Benefícios aos empregados:** Obrigações de *curto prazo*: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *Obrigações com aposentadorias:* Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a Brasilprev Seguros e Previdência S.A., e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. *Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **s) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreendem substancialmente as despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **t) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **u) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$240 mil no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido atual é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido atual possa ser utilizado, estejam disponíveis. **v) Taxas de carregamento dos principais produtos comercializados:** A Companhia adota os seguintes intervalos a título de carregamento: • Despesas de administração: 10% a 20%; • Despesas de comercialização: 20% a 40%; e • Margem de lucro esperada: 0% a 10%.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO I-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhada à regulamentação vigente, as políticas corporativas mundiais dos acionistas BANCO DO BRASIL E MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de risco e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para a apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para Administração dos riscos financeiros. **Comitê de riscos e controles internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas Grupo, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, a qualidade das informações contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre e respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de seguro:** A Companhia define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e o planejamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimado, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam "Rating" de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Companhia está exposta é minimizada em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais de concretização. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio líquido de resseguro.

Bruto de resseguro	2012				2011								
	AUTO		DPVAT		TOTAL		Bruto de resseguro						
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%					
Centro Oeste	415.993	32%	5.290	0%	421.283	32%	Centro Oeste	422.040	32%	4.616	0%	426.657	32%
Nordeste	220.293	17%	9.364	1%	229.657	17%	Nordeste	225.112	17%	7.541	1%	232.653	17%
Norte	46.165	4%	3.160	0%	49.325	4%	Norte	47.306	4%	2.238	0%	49.544	4%
Sudeste	392.637	30%	25.022	2%	417.659	32%	Sudeste	400.219	30%	25.543	2%	425.762	32%
Sul	184.592	14%	11.020	1%	195.612	15%	Sul	190.843	14%	10.160	1%	201.003	15%
Total	1.259.680	96%	53.856	4%	1.313.536	100%	Total	1.285.520	96%	50.098	4%	1.335.619	100%

Líquido de resseguro	2012				2011								
	AUTO		DPVAT		TOTAL		Líquido de resseguro						
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%					
Centro Oeste	415.993	32%	5.290	0%	421.283	32%	Centro Oeste	422.040	32%	4.616	0%	426.657	32%
Nordeste	220.293	17%	9.364	1%	229.657	17%	Nordeste	225.112	17%	7.541	1%	232.653	17%
Norte	46.165	4%	3.160	0%	49.325	4%	Norte	47.306	4%	2.238	0%	49.544	4%
Sudeste	392.628	30%	25.022	2%	417.650	32%	Sudeste	400.210	30%	25.543	2%	425.753	32%
Sul	184.592	14%	11.020	1%	195.612	15%	Sul	190.843	14%	10.160	1%	201.003	15%
Total	1.259.671	96%	53.856	4%	1.313.527	100%	Total	1.285.511	96%	50.098	4%	1.335.610	100%

Sensibilidade do risco de seguro: As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas i)** Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequentemente o resultado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. O fator utilizado para essa empresa com base nos estudos realizados foi de 7,54%. ii) Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIP para seguros de curto prazo: Simulamos como um agravamento de 5% na premisa de sinistralidade da PIP afetaria o patrimônio líquido e resultado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Os resultados obtidos demonstraram que mesmo com a elevação de 5% na sinistralidade, a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PIPNG é suficiente para cobertura dos sinistros e despesas futuras. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira inteira impacta no patrimônio líquido e no resultado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Sensibilidade	2012	2011
a. Provisões técnicas	Total	(1.936)	(1.936)
a1. IBNR	Aumento do coeficiente de variação dos fatores de IBNR	(1)	(1)
b. Sinistralidade	Aumento de 5% na sinistralidade	(22.714)	(22.714)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. **Gerenciamento do risco de crédito:** A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de "Rating" mínimo "A" para alocação. • Alguéns pontos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas; • O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's e Moody's*. • As diretrizes de resseguro também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de normas internas. • A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de "Stress" como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados das análises são utilizados para a gestão de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de "Stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para a identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes decasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (*Asset Liability Management*), as entradas e os desembolsos futuros, com objetivo de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, identificar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

	2012	A Vencer até 1 ano	A Vencer entre 1 e 3 anos	A Vencer acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.062	–	–	–	2.062
Valor justo por meio do resultado	231.076	–	–	–	231.076
Disponível para venda	106.972	–	37.710	–	140.682
Créditos das operações de seguros e resseguros	9.038	–	–	–	9.038
Créditos tributários e previdenciários	43.363	–	122.939	–	166.302
Despesas antecipadas	2.242	–	–	–	2.242
Custo de aquisição diferidos	516	–	365	–	883
Outros ativos	78.035	–	–	–	78.035
Total dos ativos financeiros	473.297	–	157.014	2	630.313
Contas a pagar	23.650	–	14	–	23.664
Débitos de operações com seguros e resseguros	223	–	–	–	223
Depósitos de terceiros	10	–	–	–	10
Provisões técnicas - seguros e resseguros	198.024	–	–	2.857	200.881
Total dos passivos financeiros	221.907	–	14	2.857	224.778

Os ativos financeiros relacionados a depósitos judiciais e fiscais no valor de R\$ 412.471 mil e os passivos financeiros relativos a provisões judiciais no valor de R\$ 358.643 mil, não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. **Sensibilidade a taxa de juros:** Definido como risco de mercado a perda potencial advinda de variações na taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações e preços de *commodities*. Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia. Do total de ativos no valor de R\$ 371.826 mil, são considerados os ativos categorizados como "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" e os "Ativos financeiros disponíveis para venda", que estão marcados a mercado conforme as metodologias de precificação e o cálculo de risco utilizadas pelo Banco do Brasil, excluindo o valor de R\$ 54.867 mil de investimentos referenciados em DPVAT. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro no valor de R\$ 316.959 mil. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 *basis points* para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo em cheque nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Considerando as premissas adotadas os valores apurados são:

	2012	2011
Impacto no patrimônio líquido	–	–
Impacto no resultado líquido	(2.599)	(2.326)
Fator de risco	2.777	2.991

Parâmetros: (a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011; (b) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulamentatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de *Compliance* interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas e externas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de sensibilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. Durante o exercício de reporte, a Companhia não manteve nível de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento das seguradoras é constituído do capital base (montante fixo de capital) e um capital adicional (valor variável) que, somados, visam garantir os riscos inerentes às operações. A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP e pela SUSEP.

	2012	2011
Patrimônio líquido	469.608	452.755
Despesas antecipadas	(2.242)	(52.583)
Créditos tributários - prejuízo fiscal	(18.121)	–
Ativos diferidos	(127)	(738)
Ativos intangíveis	(6.330)	(8.321)
Obras de arte	(1)	(1)
Patrimônio líquido ajustado (a)	442.787	391.112
0,29 vezes a receita líquida de prêmios emitidos últimos 12 meses (a.1)	7.790	262.131
0,33 vezes a média anual do total dos sinistros relativos dos últimos 36 meses (a.2)	282.786	314.574
Margem de solvência (b) (maior entre (a.1) e (a.2))	282.786	314.574
Capital base - CB	15.000	15.000
Capital adicional total (subscrição e crédito (CA))	91.237	341.748
Capital adicional de subscrição - (Cars)	76.462	326.456
Capital adicional de crédito - CAC	24.534	28.766
Correlação entre capitais adicionais	(9.759)	(13.474)
Capital base + capital adicional (c)	106.237	356.748
Capital mínimo requerido (d) (maior entre (b) e (c))	282.786	356.748
Suficiência de capital (e = a - d)	160.001	34.364
Suficiência de capital (e/d)	56,58%	9,63%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia possui basicamente em seus registros dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista:

	2012	2011
Caixa	5	12
Contas bancárias	2.057	7.703
Total	2.062	7.715

6. APLICAÇÕES

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada abaixo:

	2012				2011			
	Saldo em 31/12/2011	Aplicações	Resgates	Saldo em 31/12/2011	Aplicações	Resgates	Saldo em 31/12/2011	
Valor justo por meio do resultado	212.940	542.342	(626.740)	212.940	542.342	(626.740)	212.940	
Fundo de investimento exclusivo	–	–	–	–	–	–	–	
Quotas de fundo não exclusivo	–	2.792	(202)	–	22	2.612	–	
Quotas de fundo DPVAT	42.712	20.107	(12.205)	–	–	4.251	54.865	
Fundo de investimento em direitos creditórios	5.160	–	(516)	–	–	460	5.104	
Disponível para venda	71.813	10.024	(1.852)	71.813	10.024	(1.852)	71.813	
Debêntures	7.519	10.024	(1.852)	–	–	46	1.422	
Letras financeiras (LF)	20.364	11.000	–	46	–	–	34.088	
Certificados de depósito bancário (CDB)	46.855	–	(45.212)	–	–	–		

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

9. OUTROS VALORES EBENS

Composição	2012	2011
Salvados	20.125	41.366
(-) Redução ao valor recuperável	(2.228)	(4.328)
Total	17.897	37.038
b) Salvados		
A partir da data de registro na Companhia, os salvados apresentam a seguinte abertura por prazo:		
Autônomos	2012	2011
De 1 a 30 dias	770	11.291
De 31 a 60 dias	815	5.515
De 61 a 120 dias	1.634	5.201
De 121 a 180 dias	1.475	3.019
De 181 a 365 dias	3.983	4.388
Superior a 365 dias	9.220	7.624
Total	17.897	37.038

10. DESPESAS ANTECIPADAS

Composição	2012	2011
Serviços a prestar	-	51.752
Rastreadores	34	658
Endomarketing	1.765	-
Outros	443	173
Total	2.242	52.583

11. INTANGÍVEL

Composição	2011	2012
Outros intangíveis	Valor Residual	Valor Residual
Projetos corporativos	8.025	8.025
Licenças	9.438	678
(-) Amortização acumulada	(9.142)	(2.668)
Total	8.321	6.788

12. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas na rubrica "Depósitos de terceiros" são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados da rubrica de "Prêmios a receber", configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Companhia.

Montante estimado para os sinistros	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
No ano de ocorrência	486.480	567.216	647.284	764.123	1.023.584	1.074.954	392.506	4.956.147
Um ano após a ocorrência	491.172	579.096	670.070	804.012	1.043.444	1.057.663	-	6.645.457
Dois anos após a ocorrência	491.992	579.646	671.538	805.203	1.047.494	-	-	3.595.873
Três anos após a ocorrência	492.326	579.537	671.878	809.477	-	-	-	2.532.219
Quatro anos após a ocorrência	492.002	580.076	672.666	-	-	-	-	1.744.744
Cinco anos após a ocorrência	492.627	580.091	-	-	-	-	-	1.072.718
Seis anos após a ocorrência	492.360	-	-	-	-	-	-	492.360
Estimativa dos sinistros na data-base	492.360	580.091	672.666	809.477	1.047.494	1.057.663	392.506	5.052.257
Pagamentos de sinistros efetuados	488.626	574.453	664.593	797.193	1.027.779	1.029.654	345.882	4.928.180
Passivo representado no quadro	3.734	5.638	8.073	12.284	19.715	28.009	46.624	124.077
Passivo em relação a anos anteriores a 2006	-	-	-	-	-	-	-	14.348
Passivos relacionados à retrocessão e DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	29.316
Total de passivo de sinistros	-	-	-	-	-	-	-	167.741

15. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Composição	2012	2011
Provisões técnicas	200.881	911.882
Direitos creditórios	-	(226.834)
Depósitos especiais no IRB	(75)	(64)
DPVAT	(54.848)	(42.696)
Total a ser coberto	145.958	642.258
Bens oferecidos em cobertura:		
Títulos de renda fixa - Privados	314.271	422.012
Títulos de renda fixa - Públicos	-	373.347
Imóveis	1.551	1.764
Total de aplicações	315.822	797.123
Ativos livres	169.864	154.865

16. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda	2012	2011
Quantidade	Quantidade	Quantidade
Valor da causa	Valor da causa	Valor da causa
Valor da provisão	Valor da provisão	Valor da provisão
Possível	1.383	46.255
Provável	868	13.962
Remota	3.187	98.093
Total	3.187	98.093

As provisões para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas. Considerando o disposto na Resolução nº 162/06 e a Nota Técnica Atuarial de Provisões vigentes, a Companhia alocou a redução de ajuste atuarial de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNER), com base na proporção dos sinistros retidos diretos da operação, a parcela referente aos processos judiciais, complementarmente à Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial no montante de R\$ 382 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 147 mil em 2011).

Composição das ações por ano de citação	2012	PSL Judicial
Ano de abertura	Quantidade	PSL Judicial
1997	27	27
1998	38	598
1999	53	694
2000	68	1.433
2001	89	1.135
2002	94	1.705
2003	86	1.509
2004	135	2.188
2005	135	2.072
2006	163	2.969
2007	243	4.453
2008	366	5.154
2009	514	8.549
2010	686	14.843
2011	716	12.523
2012	336	9.257
Total	3.724	69.109

Movimentação das provisões para ações judiciais	2012	2011
1) Saldo do início do exercício	54.277	46.021
2) Total pago no exercício	7.547	13.193
3) Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no exercício	3.033	18.694
4) Quantidade de ações pagas no exercício	423	4
5) Novas constituições no exercício	24.910	29.417
6) Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	878	6
7) Novas constituições referentes a citações do exercício base do questionário trimestral	24.039	20.857
8) Novas constituições referentes a citações do exercício nº 1	616	2.169
9) Novas constituições referentes a citações do exercício nº 2	253	661
10) Novas constituições referentes a citações do exercício nº 3	163	5.730
11) Baixa da provisão por êxito	833	6.843
12) Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	1.698	1.125
13) Alteração da provisão por atualização monetária e juros	-	-
14) Saldo final do exercício	69.109	54.277

17. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

Composição	2012	2011
Provisões Judiciais	2012	2011
Fiscal	353.974	331.784
IRPJ	36.460	34.800
CSLL	31.367	29.702
PIS	5.767	5.481
COFINS	280.380	261.801
Trabalhista	3.120	705
Outras cíveis	1.549	1.310
Total	358.643	333.799

IRPJ - A Companhia pleiteia judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para a formação da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e depositou judicialmente o imposto de renda incidente sobre a despesa de contribuição social e constituiu provisão no mesmo montante, os quais são atualizados monetariamente pela SELIC. Os advogados patrocinadores do processo judicial classificam a probabilidade de perda da ação como provável.

CSLL - Nos períodos de 1997 e 1998 a Companhia discute a aplicação de 8% - isonomia às pessoas jurídicas não financeiras e inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 10/96, este processo tem probabilidade de perda provável, discutiu também a majoração da alíquota de 9% para 15% para as sociedades seguradoras promovida pela Lei nº 11.727/08, este processo tem natureza de risco de perda provável. Todos os valores relacionados a estes processos estão provisionados e depositados judicialmente e sendo atualizados monetariamente pela SELIC até o trânsito em julgado. Desde 2008 a Companhia discute judicialmente a elevação da alíquota de 9% para 15% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e deposita judicialmente a parcela correspondente à majoração da alíquota, constituindo provisão dos valores discutidos. Os advogados patrocinadores do processo judicial classificam a probabilidade de perda da ação como provável.

PIS - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 vigente até janeiro de 1999. Entre novembro de 1998 e fevereiro de 1999 foram efetuados depósitos judiciais do tributo calculado e constituídas provisões de mesmo montante, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. Os advogados patrocinadores do processo judicial classificam a probabilidade de perda da ação como provável.

COFINS - A Companhia discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as seguradoras pela COFINS. A Companhia vem depositando judicialmente a COFINS e atualizando monetariamente os valores provisionados e depositados pela SELIC. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a partir de outubro de 2010 a Companhia passou a considerar somente as receitas de prêmios na base de cálculo da COFINS, deixando de considerar as demais receitas (financeiras e não operacionais). Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CAT nº 2.773/2007, a Companhia reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisdição sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFN/CAT nº 2.773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como possível, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 62.187 mil (R\$ 56.191 mil em 2011). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é provável. Processos administrativos: A Companhia tem como procedimento não adicionar à base de cálculo da CSLL a despesa relacionada ao tributo (COFINS) discutido judicialmente. Para os períodos-base de 2003 a 2008 foram lavrados autos de infração no montante original de R\$ 30.643 mil (incluso principal, multa e juros). Os advogados que patrocinam a causa, regramam como possível a expectativa de perda, motivo pelo qual não há provisão constituída para esta contingência.

Outras provisões cíveis - Em consonância com a Circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012 e CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a determinação do montante da contingência denominado "Outras provisões cíveis" considera os fatores probabilísticos por expectativa de perda, oriundos do histórico de experiência de pagamentos dos casos encerrados.

Movimentação:	2012	2011						
I - Fiscais	Trabalhista	Outras cíveis	Total	I - Fiscais	Trabalhista	Outras cíveis	Total	
331.784	705	1.310	333.799	280.298	763	1.943	283.004	
6.006	1.383	443	7.832	28.567	-	153	28.720	
16.184	1.255	-	17.439	22.919	-	-	22.919	
-	(223)	(204)	(427)	-	(58)	(786)	(844)	
Saldo final	353.974	3.120	1.549	358.643	331.784	705	1.310	333.799

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Administradores e Acionistas da
Brasileveículos Companhia de Seguros - CNPJ 01.356.570/0001-81

1. Informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas e dos demais aspectos atuariais da Brasileveículos Companhia de Seguros com data base de 31 de dezembro de 2012, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nº 272/2004, 457/2012 e na Resolução CNSP nº 135/2005. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial.

2. Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da Brasileveículos Companhia de Seguros, referentes a 31 de dezembro de 2012, foram avaliadas, e correspondem à provisão de prêmios não ganhos,

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Brasileveículos Companhia de Seguros
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasileveículos Companhia de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com

Brasileveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

13. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Provisões técnicas - seguros	2011	Reversões	Constituições	Pagamentos	2012
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	571.466	(575.918)	11.254	-	6.802
Provisão de sinistros a liquidar	281.355	(255.246)	726.223	(608.369)	143.963
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	55.108	(5.789)	-	-	49.319
Outras provisões	3.953	(3.775)	619	-	797
Total das provisões técnicas	911.882	(840.728)	738.096	(608.369)	200.881
Custo de aquisição diferidos	76.605	(75.722)	-	-	883
Provisões técnicas - seguros	2010	Reversões	Constituições	Pagamentos	2011
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	812.226	(305.136)	64.376	-	571.466
Provisão de sinistros a liquidar	270.384	(27.880)	38.851	-	281.355
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	38.387	(9.114)	25.835	-	55.108
Outras provisões	5.036	(3.737)	2.654	-	3.953
Total das provisões técnicas	1.126.033	(345.867)	131.716	-	911.882
Custo de aquisição diferidos	108.037	(40.373)	8.941	-	76.605

14. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Sinistros liquidados de resseguro ano de ocorrência do sinistro	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
No ano de ocorrência	486.480	567.216	647.284	764.123	1.023.584	1.074.954	392.506	4.956.147
Um ano após a ocorrência	491.172	579.096	670.070	804.012	1.043.444	1.057.663	-	6.645.457
Dois anos após a ocorrência	491.992	579.646	671.538	805.203	1.047.494	-	-	3.595.873
Três anos após a ocorrência	492.326	579.537	671.878	809.477	-	-	-	2.532.219
Quatro anos após a ocorrência	492.002	580.076	672.666	-	-	-	-	1.744.744
Cinco anos após a ocorrência	492.627	580.091	-	-	-	-	-	1.072.718
Seis anos após a ocorrência	492.360	-	-	-	-	-	-	492.360
Estimativa dos sinistros na data-base	492.360	580.091	672.666	809.477	1.047.494	1.057.663	392.506	5.052.257
Pagamentos de sinistros efetuados	488.626	574.453	664.593	797.193	1.027.779	1.029.654	345.882	4.928.180
Passivo representado no quadro	3.734	5.638	8.073	12.284	19.715	28.009	46.624	124.077
Passivo em relação a anos anteriores a 2006	-	-	-	-	-	-	-	14.348
Passivos relacionados à retrocessão e DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	29.316
Total de passivo de sinistros	-	-	-	-	-	-	-	167.741

Composição das ações judiciais de natureza fisca

* continuação

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria, composto por três membros, é instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 118, de 22 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados, com alcance sobre a Brasilveículos Companhia de Seguros.

O Comitê tem como principais atribuições: revisar as demonstrações financeiras quanto à qualidade e à integridade; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna por meio do acompanhamento da sua atuação, da qualidade dos seus trabalhos, da sua independência e do cumprimento das demais exigências legais e regulamentares; avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos à luz das normas aplicáveis, evidenciando eventuais deficiências identificadas.

O Comitê realiza suas avaliações com base nas informações e documentos recebidos da Administração, dos auditores externos, da Auditoria Interna, dos gestores de riscos e controles, bem como nas suas próprias análises.

O Comitê exerce suas atividades com independência, reportando-se ao Conselho de Administração da empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A.. Para o exercício de sua missão institucional, reuniu-se mensalmente no período de janeiro a dezembro de 2012, fez diligências e requisições de documentos e informações. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Sistema de Controles Internos e Administração de Riscos

Em 2012, o Comitê reuniu-se com representantes da Administração para acompanhar a evolução da

estrutura e funcionamento de diretorias e unidades e avaliar aspectos relativos aos controles internos.

Com base nas atividades que desenvolveu, nas informações levadas ao seu conhecimento e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera adequado o Sistema de Controles Internos da Companhia.

Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

Com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da empresa.

Auditoria Independente

O Comitê avalia como satisfatória a qualidade das informações fornecidas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna e avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados.

Canal de Comunicação

O Comitê acompanha a natureza, as características, os objetivos e a dinâmica de funcionamento dos canais operados pela Companhia e, com base nas informações recebidas, concluiu que os canais instituídos atendem

a determinação do art. 17, inciso VI, da Resolução CNSP nº 118/04.

O Comitê definiu modelo e fluxo de tratamento de ocorrências relacionadas aos arts. 29 e 30 da mencionada Resolução. Em 2012 não foram trazidas ao conhecimento do Comitê quaisquer ocorrências.

Demonstrações Financeiras

Ao longo de 2012, o Comitê acompanhou a evolução dos procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da Administração. A respeito, debateu com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. e com os executivos responsáveis. Foram também examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à publicação, as demonstrações contábeis da Brasilveículos Companhia de Seguros, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., concluindo que tais documentos estão adequados e foram produzidos de acordo com as normas legais aplicáveis.

São Paulo (SP), 19 de fevereiro de 2013.

Egídio Otmar Ames - Coordenador
Carlos Eduardo da Silva Monteiro - Membro Titular
Ilenor Elemar Zingler - Membro Titular

DIRETORIA

Júlio Cezar Alves de Oliveira
Diretor Presidente
Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Diretor Vice-Presidente

Arno Meyer
Carlos Alberto Landim
Felipe Costa da Silveira Nascimento
Jabis de Mendonça Alexandre

Luiz Antonio Mac Dowell da Costa
Raphael de Luca Júnior
Roberto Barroso

Rogério Guede Vergara
Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP183717/O-5 "S" - RJ

ATUÁRIA

Vera Lúcia Fernandes Lopes - Registro MIBA nº 817

O que inspira a nova geração de seguros é saber que um ótimo resultado possibilita investir cada vez mais nas pessoas e no desenvolvimento sustentável.

Para a nova geração de seguros o melhor resultado é poder ver cada vez mais brasileiros crescendo e, ao mesmo tempo, dividindo suas conquistas com sua família. Afinal, quem investe em inovação, desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental quer mais do que crescer. Quer um futuro melhor para todos.

GRUPO SEGURADOR

Uma nova geração de seguros.